

A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO NO ATLÂNTICO SUL

GUILHERME DE ALMEIDA PASTL*
Bacharel em Relações Internacionais

SUMÁRIO

Introdução
Geopolítica e o espaço oceânico
A geopolítica do Atlântico Sul
Considerações finais

INTRODUÇÃO

A geopolítica remete, tradicionalmente, a um contexto conflituoso, a partir de motivações de ordem natural, a saber: a captação de recursos escassos e a expansão territorial (HAGE; FERNANDES, 2016, p. 2). Portanto, estes pretextos se inserem na elaboração de estratégias para a geopolítica dos oceanos e, consequen-

temente, no caso aqui apresentado, para a geopolítica do Atlântico Sul.

Nosso propósito aqui é demonstrar, como sugerem Hage e Fernandes, que o debate em torno da geopolítica não se restringe ao rol das denominadas grandes potências, mas também está inserido nos dilemas de segurança das potências emergentes regionais. E, como se verá, é o caso do Atlântico Sul e dos Estados

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integra o Grupo de Pesquisa em Segurança e Defesa (Gesed – UFSC).

que compõem sua bacia. Nas palavras de Hage e Fernandes, inspirados por Golbery do Couto e Silva, “são determinantes para asseverar categoricamente o destino de uma nação suas condições geográficas” (HAGE; FERNANDES, 2016, p. 2). Logo, este debate sobre a geopolítica do petróleo importa: mesmo com a ocorrência cada vez mais frequente de crises do sistema produtivo e os esforços empreendidos no desenvolvimento de fontes enérgicas alternativas (a chamada energia verde), os conflitos em torno dos hidrocarbonetos devem perdurar tempo suficiente para que continuem presentes na agenda de segurança dos estados. Afinal, “a geopolítica tradicionalmente é instrumento de análise e de ação estatal (...) é componente do poder político, do Estado” (HAGE; FERNANDES, 2016, p. 5).

Este artigo se divide da seguinte forma: na próxima seção, direcionamos o debate da geopolítica para o espaço oceânico, resgatamos as contribuições dos clássicos, ao passo que também tratamos dos recentes desdobramentos pela busca de petróleo no mar; depois, abordamos especificamente a geopolítica do Atlântico Sul, analisando como este espaço se insere no contexto do debate sobre a geopolítica do petróleo, em que se colocam os interesses das grandes potências do sistema internacional; por fim, concluímos trazendo quais as implicações da geopolítica do Atlântico Sul para o Brasil, de forma a demonstrar os desafios e as oportunidades em que este espaço se coloca a nossa frente.

GEOPOLÍTICA E O ESPAÇO OCEÂNICO

Precursor das teorias geopolíticas sobre o poder marítimo, Mahan possuía uma visão integrada deste. Entendia que o poder marítimo compreendia todas as

atividades relacionadas ao mar, não se restringindo às análises em que o poder naval ou o comércio marítimo eram tidos como em separado (COSTA, 1992, p. 70). O pensador defendia o envolvimento de toda a sociedade nas atividades marítimas, capaz de concretizar o poder nesta área de fato. Mahan entendia “os oceanos e mares como um vasto espaço social e político, com características próprias que os distinguem dos espaços terrestres, mas articulados a estes pelos portos e vias de comunicação interiores” (COSTA, 1992, p. 70). Além disso, o autor via na ampliação do comércio mundial e na circulação em geral pelos mares e oceanos a motivação de maior interdependência entre as Marinhas mercantes e de guerra. Entretanto, o contexto do imperialismo das grandes potências impactava nos estudos de Mahan. Ele compreendia que o sucesso do poder marítimo depende da produção, da navegação e das colônias, que dariam suporte às operações de navegação, atuando como pontos de apoio (COSTA, 1992, p. 72).

De qualquer forma, a posição geográfica seria definidora do poder marítimo, de modo que Mahan aconselhava, no caso dos Estados Unidos da América (EUA), preliminarmente a defesa de suas costas, dedicando-se em especial aos portos e vias fluviais de penetração, e, posteriormente, a fixação de postos avançados (isto é, colônias), onde pudesse, preferivelmente no Caribe. Ademais, a criação do Canal do Panamá (uma alteração geográfica que aqui entendemos com efeitos análogos às novas descobertas do pré-sal) implicaria transformação do potencial econômico, territorial e marítimo em poder estratégico. Isto se justifica na alteração do equilíbrio de poder no continente americano e no mundo (COSTA, 1992, p. 73).

Para Mahan, o tamanho do território de um país é menos importante que a extensão de seu litoral e as características de seus portos, importando também a distribuição da população e sua respectiva ligação com o mar. Ele também destaca a relevância da articulação da atividade econômica, sobretudo a indústria, com o meio oceânico, de forma a aproveitar suas potencialidades marítimas (COSTA, 1992, p. 74-75). Entretanto, de nada serviria as potencialidades se não fossem orientadas por um governo em que a vontade nacional se expressaria democraticamente na direção de construção de um poder marítimo (COSTA, 1992, p. 75).

Por outro lado, Mackinder definia o oceano como “um contínuo que envolve as divisões e as divididas terras insulares e, naturalmente, a condição geográfica da unidade final no comando do mar, e de toda a teoria da estratégia naval moderna e política” (MACKINDER, 1904, p. 14). Isto é, em seu ensaio seminal “O pivô geográfico da história”, o autor já abordava o oceano em seu caráter estratégico ligado à força naval. Explicava como a descoberta do caminho do Cabo da Boa Esperança, ao sul do continente africano, para as Índias foi essencial para contornar o domínio dos povos nômades sobre o “Coração Continental”. Ele considerava que o conjunto de bases externas e insulares (Grã-Bretanha, Canadá, Estados Unidos, África do Sul, Austrália e Japão) ao redor da área pivô compunha um anel de poder marítimo e comercial. Para fins deste trabalho, compreendemos poder marítimo como “a capacidade de um Estado de explorar o

conjunto de atividades relacionadas com o mar no campo político, econômico, social, ambiental e militar, sendo que o poder naval é o componente militar do poder marítimo” (SILVA, 2014, p. 200)

Para Hage e Fernandes (2016), o petróleo já era encarado no final do século XIX, época de Mackinder, como elemento “explosivo” para a política internacional. Esta questão envolve, portanto, os dois movimentos essenciais e determinantes da dinâmica da geopolítica mundial contemporânea: a política externa dos países centrais voltada especialmente para o controle de áreas ricas em recursos estratégicos, motivados pela política de segu-

rança energética; e a recente ação das grandes potências e de alguns países emergentes em assegurar o domínio de zonas mineiras oceânicas (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 98).

Além disso, documentos estratégicos dos EUA e da China revelam o interesse mundial pelos recursos dos fundos marinhos (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 98), uma vez que “a plataforma pela qual a geopolítica ainda se sustenta é a relação entre o poder político com o espaço” (HAGE; FERNANDES, 2016, p. 6), e o ambiente marinho é a possibilidade de ampliação deste espaço. Isto se deve, em grande medida, ao esgotamento das reservas de petróleo dos países industrializados e às novas oportunidades de explosão de reservas *offshore* (somadas ao desenvolvimento tecnológico de exploração em águas profundas), que têm deslocado a produção petrolífera mundial do Norte para o Sul (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 98).

Para Mahan, o tamanho do território de um país é menos importante que a extensão de seu litoral e as características de seus portos

Ademais, além da busca por recursos energéticos *offshore*,

muitos Estados vêm fazendo altos investimentos em pesquisa e tecnologias de exploração em águas profundas e aplicando grandes esforços para assegurar o direito de mineração de crostas ferro-manganesíferas (formações rochosas ricas em cobalto e níquel), nódulos polimetálicos (ricos em níquel, cobalto, cobre, ferro e manganês) e sulfetos polimetálicos (ricos em ferro, zinco, prata, cobre e ouro) presentes” (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 99-100)

nos fundos oceânicos de águas internacionais. Logo, os fundos oceânicos são considerados a nova fronteira da mineração mundial, uma vez que os minerais encontrados nessas reservas podem suprir a demanda de indústrias estratégicas de importantes economias mundiais, levando em consideração a crescente necessidade de recursos devido ao intenso processo de industrialização (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 100). Este cenário interessa sobretudo aos estados com mais capacidades, dado que “grande parte das reservas de petróleo e gás mais promissoras do mundo se encontra em territórios marítimos cujas fronteiras ainda não foram definidas” (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 101), cabendo à força das grandes potências, portanto, o destino dessas novas fronteiras.

Portanto, insere-se neste contexto o conflito sobre o Mar do Sul da China, a potencial disputa no Ártico e, como é o caso aqui abordado, a dinâmica geopolítica do Atlântico Sul. Afinal “as riquezas minerais presentes no Atlântico Sul vêm

valorizando a região, em termos econômicos e estratégicos, como importante zona de projeção de poder, principalmente de grandes potências mundiais” (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 101).

A GEOPOLÍTICA DO ATLÂNTICO SUL

O Atlântico Sul “desde sempre constituiu importante rota comercial mundial, servindo de ligação entre Europa, EUA e Ásia” (SANTOS, 2014, p. 44). Esta fração do Oceano Atlântico “é definida como a região compreendida entre o paralelo 16º N, a Costa Ocidental da África, a Antártica, o Leste da América do Sul e das Antilhas Menores, incluindo as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)” (WIEMER, 2013 *apud* SILVA, 2014, p. 199).

Inicialmente, com relação ao petróleo, grande parte das novas descobertas está localizada na periferia do sistema, onde há alguma instabilidade política, estando tanto a América do Sul (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 98) quanto a África Ocidental neste contexto (ONUOHA, 2008; OLIVEIRA; SILVEIRA, 2014). Todavia, essas novas descobertas não passam despercebidas pelas grandes potências. Logo, o crescimento da importância dos hidrocarbonetos na economia mundial importa para o contexto das recentes descobertas petrolíferas na camada pré-sal dos países banhados pelo Atlântico Sul. No caso brasileiro, as reservas nacionais aumentaram em torno de 67%, e a produção em 60%¹. Além disso, neste lado do Atlântico Sul também se encontraram novas reservas na plataforma continental argentina, que abrange as Ilhas Malvinas e a Zona Antártica em disputa com a In-

1 Pesquisas preliminares preveem reservas com 55 bilhões de barris de capacidade nos campos do pré-sal, sendo a produção *offshore* responsável por 2 milhões de barris/dia (COSTA, 2012, p. 16).

glaterra (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 104). Para Costa, “a região responde hoje por cerca de 20% da produção mundial de petróleo, e sua taxa média anual de crescimento está próxima de 10%” (COSTA, 2012, p. 16). Logo, no âmbito regional, a importância econômica e geopolítica do Atlântico Sul é fundamental, dado que “as descobertas de petróleo e o incremento da produção na costa africana são vetores que contribuirão para um incremento da importância econômica do Atlântico Sul” (SILVA, 2014, p. 202).

Do ponto de vista histórico, a ambição dos Estados Unidos pela supremacia no continente americano data da Doutrina Monroe, consolidando-se com Spykman no período da Segunda Guerra Mundial, que estabeleceu a América Latina como área de interesse estratégico dos EUA, com sua supremacia não podendo ser questionada (BROZOSKI; PADULA, 2016; MONIZ BANDEIRA, 2009). Consequentemente, os movimentos recentes por parte dos EUA se deram com a criação, em 2007, do Comando dos Estados Unidos para a África (Africom, na sigla em inglês) e com a reativação da IV Frota em 2008, responsável por operar no Mar do Caribe e nos Oceanos Atlântico e Pacífico ao redor da América do Sul e Central.

Por outro lado, destaca-se a crescente presença chinesa na América do Sul, sobretudo comercial, mas também estratégica. Em 2002, a China era destino de 4,3% das exportações sul-americanas, enquanto em 2012 esse número já correspondia à

15,3%. Ademais, a maior parte dos investimentos chineses na região está relacionada ao setor de energia e metais. De forma geral, a China tem buscado diversificar suas fontes de petróleo, sobretudo de forma a contornar a presença norte-americana na rota do Oriente Médio, cujos carregamentos atravessam o Estreito de Ormuz e o Estreito de Malaca até alcançar a China. Neste contexto, os chineses têm dado especial atenção aos projetos de construção de corredores bioceânicos na América do Sul, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) (BROZOSKI; PADULA, 2016,

p. 106-107). Este aspecto da infraestrutura e o comercial são estrategicamente relevantes. Por volta de 90% do fluxo comercial brasileiro é feito pelo mar, e o crescente tráfego ligando os mercados sul-americanos aos emergentes asiáticos, especialmente à China, tende a aprofundar a

Por volta de 90% do fluxo comercial brasileiro é feito pelo mar, e o crescente tráfego ligando os mercados sul-americanos aos asiáticos tende a aprofundar a importância do Atlântico Sul para as economias da região

importância do Atlântico Sul para as economias da região (COSTA, 2012, p. 11).

A Figura 1 destaca a presença militar estrangeira na América Latina e no Atlântico Sul. Logo, é compreensível a efetiva participação das grandes potências globais nas dinâmicas de segurança da região, dado seus interesses geopolíticos no Atlântico Sul. A Grã-Bretanha tem uma situação especial por possuir um conjunto de posições, por meio das Ilhas Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, Malvinas e Geórgia do Sul/Sandwich do Sul, não nos esquecendo da disputa com a Argentina sobre as

Malvinas constituindo o principal foco de conflito que envolve um país de fora da região². A França está presente por meio da Guiana, que abriga o importante Centro Espacial de Kourou, fazendo lançamentos para a própria França e para a Agência Espacial Europeia, que geoestrategicamente tem implicações tanto para a América do Sul quanto para o Atlântico Sul. Além disso, ambos os países são membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), permitindo que posições do Atlântico Sul sejam mantidas sob controle caso seus interesses na região sejam ameaçados (SILVA, 2014,

p. 203). A estreita relação entre EUA e Inglaterra (alinhamento automático), com ações militares conjuntas no Iraque e no Afeganistão, pode também implicar na presença efetiva da Otan no Atlântico Sul. Nas palavras de Costa, “hoje a economia e a política do Atlântico Sul têm nova escala, movimentam-se de outro modo, e é por isso que este se converteu num dos espaços relevantes da geopolítica mundial” (COSTA, 2012, p. 17).

Ademais, Santos (2014) argumenta que o petróleo produzido na costa africana tende a ganhar cada vez mais destaque, à medida que potências que dependem de

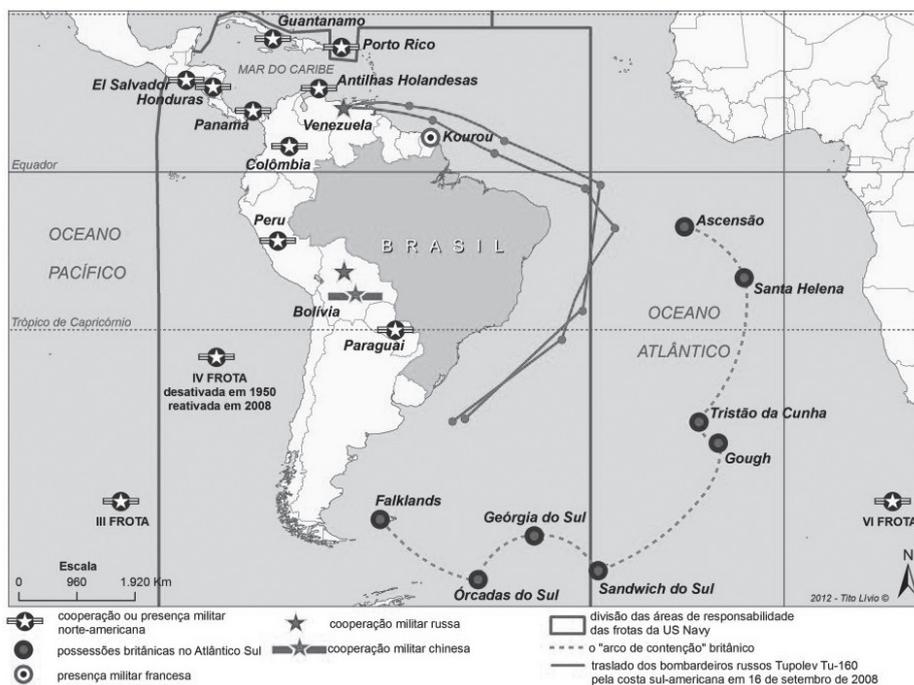


Figura 1 – Presença militar estrangeira na América do Sul e no Atlântico Sul (PEREIRA, 2011, p. 131)

2 Argentina e Inglaterra entraram em conflito militar pelo domínio das Malvinas (Falklands, em inglês). “Esse conflito foi deflagrado pela invasão das ilhas pelas forças argentinas, seguida pela reação britânica, que deslocou para o teatro de operações uma poderosa força-tarefa. Após três meses de batalhas, ele culminou com a derrota e a rendição das tropas argentinas e a retomada do domínio da Inglaterra sobre essas ilhas” (COSTA, 2012, p. 17).

fonte enérgica vêm buscando diversificar seus abastecimentos, preocupadas com a dependência do petróleo do Oriente Médio. Na visão de Plácido,

para além do impacto positivo na exploração e comércio de hidrocarbonetos, a segurança e estabilidade na região potencia o desenvolvimento econômico dos Estados regionais e permite ao mercado internacional diversificar rotas comerciais para além das tradicionais que atravessam o Estreito de Malaca, o Oceano Índico e o Canal do Suez, bem como evitar a instabilidade vivida no Médio Oriente, diversificando fontes energéticas (PLÁCIDO, 2016, *online*).

Assim, conforme o Golfo da Guiné emerge como uma fonte de abastecimento de hidrocarbonetos para os principais mercados internacionais, insere-se esta região no mapa energético global (PLÁCIDO, 2016). Isto fica ainda mais evidente com as recentes descobertas de reservas de petróleo no pré-sal angolano (PETRO-NOTÍCIAS, 2014, *online*). Atualmente, “Angola e a Nigéria se destacam entre os cinco maiores produtores de petróleo do continente e são responsáveis por mais da metade da produção africana”, sendo também os países em que os índices de aumento de reservas de hidrocarbonetos são maiores. Entre 1990 e 2014, as reservas de Angola aumentaram em quase cinco vezes, e as da Nigéria quase dobraram (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 105).

Além disso, há a disputa entre China e EUA por influência não somente na América do Sul, mas também na África, onde se ressaltam os países produtores de petróleo localizados no Golfo da Guiné. Angola, por exemplo, é o quinto maior exportador de óleo bruto para os EUA (BROZOSKI;

PADULA, 2016, p. 103) e o terceiro para a China (OEC, 2017, *online*).

Conforme demonstra Yi-Chong (2008), o comércio sino-africano saltou a partir de 2002, sendo a China deficitária com a maioria dos países africanos. Entre 2002 e 2012, as importações chinesas da África saltaram de 500 milhões para 14 bilhões de dólares, isto é, houve ampliação em valores brutos de mais de 2000% (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 103). Com relação à pauta comercial, ele nota que a África se consolidou como grande fornecedora de petróleo ao mercado chinês, totalizando 21% das importações em 2017 (OEC, 2017, *online*). Para além disso, Yi-Chong salienta o investimento pesado chinês em matérias-primas além do petróleo, como gás, cobre, cobalto e ferro móvel (YI-CHONG, 2008, p. 29). De modo que

as importações da China de recursos minerais não combustíveis provenientes dos países africanos da costa atlântica aumentaram significativamente nas últimas décadas. A África do Sul é o país responsável pela maior participação nas importações chinesas (5,5%). Mais de 80% do cobalto importado pela China e 40% do manganês provêm da República Democrática do Congo e do Gabão, respectivamente. Vale destacar que a China é o destino de cerca de 62% da exportação de minérios da África do Sul e 95%, da Nigéria (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 104).

Não obstante, a China procura afirmar sua posição na África com investimentos em transportes, turismo, engenharia, construção civil mecânica, indústria leve, eletrodomésticos, têxtil e agricultura. Em 2005, existiam 800 firmas chinesas esta-

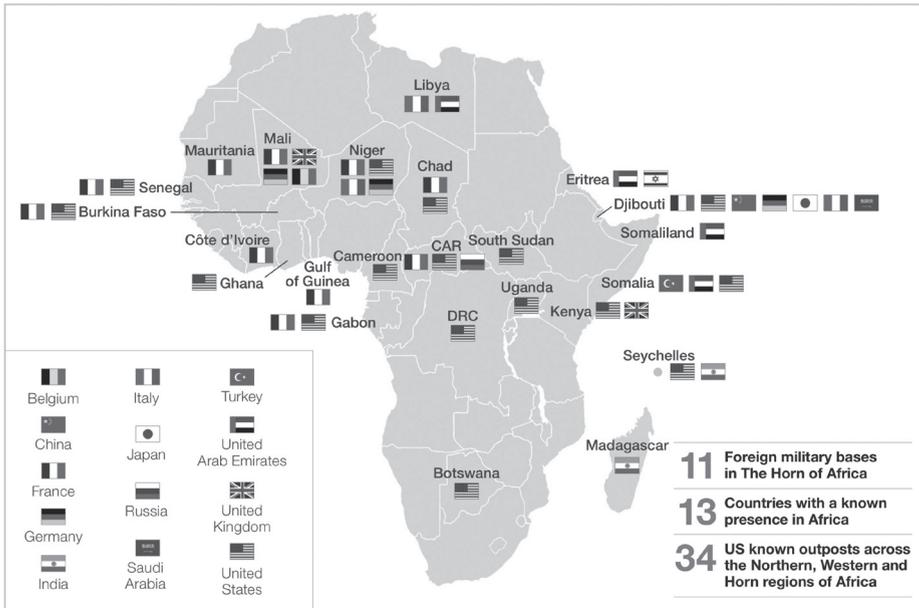


Figura 2 – Presença militar estrangeira na África (ATTA-ASAMOA, 2019, online)

belecionadas na África, totalizando 1,8 bilhão de dólares em investimento externo direto chinês. Além disso, para além dos tradicionais programas de ajuda, com o envio de especialistas, médicos, professores e engenheiros para apoiar países africanos, a China tem expandido seus programas de ajuda externa em áreas como construção de rodovias, represas, aeroportos, reator nuclear (Argélia) e prédios governamentais; plantas petroquímicas; reabilitação de fazendas; modernização de ferrovias; investimentos na agricultura, e até mesmo na operação de telefonia móvel (YI-CHONG, 2008, p. 29). Como resultado, a China é hoje a maior parceira comercial da África (STUENKEL, 2016, p. 81), ficando evidente a forte complementariedade entre os recursos naturais africanos e a economia chinesa.

Em suma, a África é central para o projeto de grande potência da China. É de extrema importância que os recursos

enérgicos dos quais parte dos países africanos dispõem continuem a amparar o crescimento chinês e garantam a mobilidade de seu poder militar. Não obstante, a África tem ascendido como um importante mercado, e bens e serviços chineses encontram um bom espaço para sua disseminação, de forma a equilibrar também a balança comercial. A Figura 2 ilustra a presença militar estrangeira no continente africano, em que se destaca a pequena existência de contingente chinês, apesar de seu enorme e crescente envolvimento econômico com os países da África.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado procurou justificar a importância do debate geopolítico na atualidade, sobretudo quando consideramos a geopolítica do espaço oceânico. Assim, na primeira seção resgatamos os autores clássicos e trabalhos mais recen-

tes que versam sobre a temática. Depois, procuramos localizar o Atlântico Sul no centro do atual debate sobre a geopolítica do petróleo, que, em nossa visão, encabeça as estratégias das grandes potências e das potências regionais. Entretanto, acreditamos ser importante levantar alguns pontos sobre quais as implicações do cenário acima exposto para a América do Sul de forma mais geral, e para o Brasil em específico.

Para o Brasil, o Atlântico Sul é ao mesmo tempo um espaço de oportunidades, mas também um local de riscos e desafios a serem superados. Os recursos naturais economicamente aproveitáveis e as potencialidades sul-atlânticas podem

ser catalisadores decisivos da industrialização e da integração produtiva na região (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 110-111). Brozowski e Padula argumentam que o desenvolvimento estratégico de uma base industrial de

defesa brasileira e sul-americana, – estas articuladas – pode implicar oportunidades na defesa e a exploração dos recursos do Atlântico Sul por parte dos países que a compõem. Tal processo contribuiria para a industrialização, tão necessária para o avanço do processo de integração produtiva. Por outro lado, a Petrobras se consolidou como uma referência internacional na exploração de petróleo *offshore*, considerada líder mundial neste setor. Entretanto, o Brasil e a região como um todo devem visualizar a relação com a

China para além de uma oportunidade de crescimento econômico. “As áreas industriais impulsionadas por uma eventual cooperação nesse segmento com a China devem ser encaradas pelos países sul-americanos, e principalmente pelo Brasil, como possibilidades de fortalecer a integração produtiva da região” (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 111-112).

Além do que já foi mencionado, Brozowski e Padula compreendem que

a conjuntura atual de mudanças geopolíticas no cenário internacional indica que, nas próximas décadas, uma das tendências históricas do sistema inter-

restatal capitalista se tornará ainda mais intensa: a disputa pelo controle de áreas ricas em recursos naturais estratégicos (BROZOSKI; PADULA, 2016, p. 98).

Em suma, a capacidade dos recursos estratégicos do

Atlântico Sul pode viabilizar uma agenda comum de segurança para a América do Sul. Infelizmente fora de operação³, o Conselho de Defesa da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) se enquadraria como espaço apropriado para a criação de políticas coordenadas como foco na soberania sobre os recursos naturais e na defesa de ameaças externas. Este movimento seria um contrapeso à política hemisférica de tutela dos EUA, difundida por meio da OEA e de acordos bilaterais voltados para o combate ao narcotráfico.

Para o Brasil, o Atlântico Sul é ao mesmo tempo um espaço de oportunidades, mas também um local de riscos e desafios a serem superados

3 Em abril de 2019, os governos do Brasil, da Argentina, do Chile, da Colômbia, do Paraguai e do Peru suspenderam sua participação na organização, aderindo ao Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul), no contexto da crise interna da Venezuela.

Para tanto, é imprescindível que os Estados da região abdicuem dos benefícios comerciais de curto prazo e destaquem de forma sólida uma visão político-estratégica dentro do projeto de integração regional. No cumprimento de tais propósitos, cabe ao Brasil, potência regional de maior capacidade, muito em função dos fatores geopolíticos ao longo da história (como a abundância em *comodities*, sua extensão litorânea privilegiada de direto acesso à costa africana, população numerosa e outros indicadores), a defesa dos interesses e a manutenção da soberania dos estados da região como um todo. Um grande e produtivo esforço seria o reforço da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), criada em 1986. Formada por 22 países da bacia sul-atlântica, a iniciativa buscava ampliar a cooperação em diversos campos, inclusive no da defesa.

Cooperações bilaterais com os Estados africanos também são bem-vindas. A Marinha da Namíbia, construída após a independência do país da África do Sul, em 1990, contou com grande apoio bra-

sileiro. Essa cooperação técnica militar entre ambos os países, iniciada em 1994, resultou na estruturação da política de defesa da Namíbia, especialmente para o ensino e a constituição das estratégias de suas Forças Armadas. A partir disto, seria possível pensar num modelo de cooperação técnico-militar multilateral, tendo por base as experiências brasileiras na cooperação bilateral, destacando-se o caso da construção da Marinha da Namíbia. O Brasil precisa, portanto, pensar em uma estratégia de forma a dividir os custos de defesa do Atlântico Sul. Isso inclui a regionalização da segurança e defesa do Atlântico Sul, abarcando treinamento conjunto das forças, cooperação técnico-militar para além dos casos pontuais que tem priorizado.

Por fim, Hage e Fernandes afirmam que crises e impasses se originam na competição ou busca divergente por insumos naturais, conveniências geográficas ou eficiência logística, e, no nosso entendimento, qualquer um destes fatores isolados é suficiente para gerar possíveis contestações no Atlântico Sul.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<POLÍTICA>; Geopolítica; Oceanopolítica;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATTA-ASAMOA. *Will countries heed the AU Peace and Security Council's concerns about foreign military bases on the continent?* Institute for Security Studies (ISS). 27 Aug 2019. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/proceed-with-caution-africas-growing-foreign-military-presence>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.
- BROZOSKI, Fernanda Pacheco de Campos; PADULA, Raphael. “A geopolítica dos mares como fator estratégico para a integração na América do Sul”. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, [S.l.], v. 5, n. 10, Jul./Dez. 2016.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Edusp, 1992.
- COSTA, Wanderley Messias da. “Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia”. *Revista USP*, n. 95, p. 9-22, 2012.

- HAGE, José Alexandre Altahyde; FERNANDES, Lucas De Marco. “Alguns aspectos conceituais da geopolítica: breve investigação entre o clássico e o moderno no pensamento geopolítico”. *Meridiano* 47, v. 17, 2016.
- MACKINDER, Halford. J. “O pivô geográfico da história”. In: *The Geographical Journal*, Londres, n. 4, Abril de 1904, volume XXIII.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz A. *Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- OEC. *Where does a China import Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos from?* The Observatory of Economic Complexity. 2017. Disponível em: https://oec.world/pt/visualize/tree_map/hs92/import/chn/show/2709/2017/. Acesso em: 28 de agosto de 2019.
- OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; SILVEIRA, Isadora Loreto da. “A questão securitária no Golfo da Guiné: Identificação de ameaças e implicações para o Atlântico Sul”. *Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 20, n. 2, p. 331-351, 2014.
- ONUOHA, Freedom C. “Oil pipeline sabotage in Nigeria: Dimensions, actors and implications for national security”. *African Security Review*, 17:3, 99-115. 2008.
- PEREIRA, Tito Livio Barcellos. *As Superpotências Energéticas do Século XXI – estudo comparativo entre a Geopolítica Energética brasileira e russa*. Monografia. Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2011.
- PETRONOTÍCIAS. *Sonangol anuncia grande descoberta no pré-sal africano*. 2014. Disponível em: <https://www.petronoticias.com.br/archives/50745>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.
- PLÁCIDO, Gustavo. “Angola no Golfo da Guiné e Atlântico Sul”. *Africa Defence & Security*. 2016. Disponível em: <https://africadefesaeseguranca.wordpress.com/2016/11/16/angola-no-golfo-da-guine-e-atlantico-sul/>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.
- SANTOS, Luis dos. 2014. *Marinha de Guerra Angolana: passado, presente e perspectivas para o século XXI*. Instituto de Estudos Superiores Militares. Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2013/2014.
- SILVA, Antonio Ruy de Almeida. “O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa”. In NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília: Instituto de Política Econômica Aplicada, p. 199-213, 2014.
- STUENKEL, Oliver. *Post-Western world: How emerging powers are remaking global order*. Polity, London, 2016.
- YI-CHONG, Xu. “China and the United States in Africa: Coming conflict or commercial coexistence?” *Australian Journal of International Affairs*. Vol. 62, nº 1, pp. 16-37, March 2008.